

MULHER NEGRA E O ENSINO SUPERIOR: O perfil da graduanda negra do Instituto do Ensino Superior Franciscano no Curso de Serviço Social*

BLACK WOMAN AND HIGHER EDUCATION: The profile of the black graduate student at the Franciscan Higher Education Institute in the Social Service Course

Leiliane Costa Sá**

Orientadora: Roseline de Sousa Cardoso***

INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR FRANCISCANO

RESUMO

Nem sempre o espaço universitário foi um ambiente educacional comum à mulher negra. Com direitos adquiridos e fomentos destinados em diversas áreas para as minorias, aos poucos grupos minoritários passaram a ocupar um lugar que também lhe era seu por direito. O Instituto do Ensino Superior Franciscano configurou-se em um desses espaços. Diante da dificuldade de permanência de algumas alunas, a presente pesquisa teve como objetivo realizar uma análise sobre o perfil das mulheres negras a partir do recorte de 50% dos períodos da Graduação de Serviço Social que constituem o IESF no ano de 2022, a fim de compreender o perfil socioeconômico das alunas de Serviço Social as motivações e dificuldades de permanência e finalização do curso e, assim, lançar uma reflexão sobre esse segmento.

Palavras-chave: Mulher. Negra. Serviço Social. Ensino Superior. Programas educacionais.

ABSTRACT

The university space was not always an educational environment common to black women. With acquired rights and incentives destined in several areas for minorities, little by little minority groups began to occupy a place that was also theirs by right. The Franciscan Higher Education Institute was set up in one of these spaces. Faced with the difficulty of permanence of some students, the present research aimed to carry out an analysis on the profile of black women from the cut of 50% of the periods of the Social Work Graduation that constitute the IESF, in order to understand the reasons that led to stay and finish the course and, thus, launch a reflection on this segment.

Keywords: Woman. Black. Social Service. University Education. Educational programs.

1 INTRODUÇÃO

A mulher negra nos espaços universitários nem sempre foi presente. Um espaço que antes só era permitido aos homens e que, aos poucos, as mulheres foram conquistando. No Brasil, esse espaço começou a tomar forma no início do século XX, em 1920, com a criação da Universidade do Rio de Janeiro por meio do Decreto nº 14.343. A Escola Politécnica, a Escola de Medicina e a Faculdade de Direito serviram de base para a estruturação da universidade, apesar de funcionarem isoladamente uma da outra, sem integrar-se. (SOARES, 2002)

* Artigo científico apresentado ao curso de Serviço Social do Instituto de Ensino Superior Franciscano para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

** Graduanda do 8º período do curso de Serviço Social do Instituto de Ensino Superior Franciscano. Email: lei.linha.dj@gmail.com

*** Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão. Especialista em Gestão Pública pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano. Mestranda em História, Ensino e Narrativas pela Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: roseline.cardoso@yahoo.com

A interseccionalidade de gênero e raça da mulher negra também coloca como pontos de abrangência a questão social e econômica que ela traz. Essa condição acaba por proporcionar a esse segmento escolhas, que geralmente levavam para a questão da sobrevivência, ou seja, para o trabalho. `

Mesmo após a abolição, custou à mulher negra ingressar em seus estudos, pois muitas acabavam ajudando suas mães nos afazeres de casa, em trabalhos domésticos, na roça ou comerciais com o intuito de incrementar a renda familiar. Com o passar do tempo, a orientação educacional passou a ganhar valor de pertencimento e de rentabilidade para essas mulheres. As lutas de movimentos raciais não só por melhores condições socioeconômicas, mas também educacionais contribuíram para a criação de ações afirmativas para as minorias da sociedade brasileira. Tem-se, assim, que as ações afirmativas, que já vinham sendo discutidas desde a década de 60 e 70, oportunizaram a presença dos negros nas universidades brasileiras. (FERREIRA, 2020)

Com as ações afirmativas, surge a lei de cotas para negros com intuito de promover sua inclusão no ensino superior. Logo após esse dispositivo, já no governo de Luis Inácio Lula da Silva criam-se programas de fomento como o ProUNI e o FIES. Houve assim uma expansão educacional em todos os níveis, possibilitando o surgimento de faculdades privadas, comunitárias e outras. (SILVA, 2020)

A partir de 2002, houve um *boom* de faculdades particulares no Brasil. E no Maranhão não foi o contrário: várias entraram no mercado educacional superior na macrorregião de São Luís, onde Paço do Lumiar se encontra (local sede do IESF), oportunizando sonhos dos mais diferentes níveis sociais. As filhas das mulheres negras passaram a sonhar por um futuro melhor, principalmente quando começaram a presenciar mulheres negras em postos que antes eram somente de brancos e da alta elite. As políticas de igualdade de gênero, de antirracismo foram somando-se em prol de uma equanimidade. Mas ainda falta muito para a igualdade de oportunidades a todos. (SILVA, 2020)

Em observância que grande parte de mulher negra que estuda no ensino superior nem sempre estão em pé de igualdade entre si e, principalmente, com os brancos, pois os fatores sociais e econômicos são díspares. Diante disso, chegou-se à questão: Quais as características comuns das mulheres negras que estudam no Curso de Serviço Social do Instituto de Ensino Superior Franciscano?

Esta pesquisa teve como objetivo observar, no Curso de Serviço Social do IESF, o perfil das universitárias negras que ali estudam. Para tanto, apresenta a interseccionalidade da mulher negra no Brasil; discorre sobre a importância das políticas educacionais para a inclusão das mulheres negras; e analisa os dados coletados por meio de aplicação de questionários que foram estatisticamente descritos.

A metodologia deste estudo tem uma abordagem de pesquisa descritiva quando se tem como objeto identificar traços comuns entre as alunas negras da Iesf, valendo-se de um levantamento bibliográfico e de análise estatística.

Com isso, o presente estudo apresenta a seguinte estrutura: primeiramente aborda a interseccionalidade, a condição da mulher negra na história brasileira, a solidão da mulher negra; em seguida, explica a auto declaração enquanto um fator étnico-racial e apresenta os programas educacionais propostos pelo governo em prol a uma educação de qualidade a todos; para enfim apresentar a análise realizada por meio de questionários aplicados em 50% das turmas em 2022 do Curso de Serviço Social, fazendo uso de quantificação de dados por meio de análise estatística, com o intuito de traçar o perfil das universitárias negras que cursam a graduação de Serviço Social.

Essa pesquisa ganha relevância no âmbito acadêmico, principalmente por problematizar a mulher negra no âmbito universitário, principalmente no curso de Serviço

Social, em Paço do Lumiar-Ma, somando com pesquisas que abordam a questão racial do negro em diferentes faculdades.

2 MULHER NEGRA NO BRASIL: Intersecção, Gênero e Raça

2.1 Interseccionalidade

Este capítulo aborda a questão da interseccionalidade que trata como a questão de gênero e raça se entrecruza e de que forma surge para compreender melhor a história da mulher negra no Brasil e a condição que hoje ela assume na sociedade brasileira.

A ideia de interseccionalidade surgiu, em 1970, em meio a um movimento social (DAVIS, 2016; COLLINS, 1990) e ganha projeção no meio acadêmico, carregando a tensão entre teoria social e movimento social. Em 1984, a imbricação das categorias ganha relevo no texto *Sister Outsider*, de Audre Lorde. Em 1989, o seu conceito apresenta-se no texto da jurista afro-americana Kimberlé W. Crenshaw, distinguindo a interseccionalidade estrutural e interseccionalidade política, e denominando a interdependência do poder de gênero, raça e classe. Compreende-se a *interseccionalidade estrutural* como a posição das mulheres negras na interseção de raça e gênero e as consequências da violência derivadas dessa relação e a *interseccionalidade política* como as respostas dadas por essas mulheres pela violência e marginalização submetidas, equivalentes às políticas feministas e antirracistas. (CRENSHAW, 1989)

Conforme Patrícia Hill Collins (1990), a interseccionalidade abarca o conceito analítico de projeto de conhecimento e o sentido de luta política não somente de um gênero, mas também de uma classe social, no combate aos diversos tipos de violência com vistas à emancipação.

O conceito de interseccionalidade permite compreender por que algumas diferenças acabam por provocar a desigualdade, gerando hierarquias em contextos históricos distintos. Pode-se observar como o gênero em várias áreas estabelecem relações de hierarquias, tornando-se categoria decisiva para a igualdade/desigualdade (SCOTT, 1995), e assim uma forma de contestar a naturalização da diferença sexual nos mais diferentes espaços sociais (HARAWAY, 1988).

Outro ponto a ser observado são as relações sociais que se articulam em micro e macro regimes de poder, variando ao longo da história e em todos os espaços sociais, marcando as experiências, subjetividades e identidades, principalmente da mulher negra. Esse processo tem sua origem na deslegitimação de determinadas identidades, no caso do presente trabalho das mulheres negras.

Para Crenshaw (1989), a ideia de interseccionalidade carrega as múltiplas identidades dos sujeitos, sem pretensão de propor uma teoria globalizante da identidade. Por ser um conceito ainda em construção, há a presença de diferentes categorias. Enfatizam-se mais as categorias de raça e gênero. “Há aquelas que lançam maior ênfase à agência dos sujeitos e outras que enfatizam mais a estrutura social das múltiplas formas de opressão”. Mas tanto em um olhar como em outro observa-se a intersecção entre gênero, raça e classe entrecruzando a condição da mulher negra em diversos momentos da história. (DAVIS, 2016)

2.2 Contexto da Mulher Negra no Brasil

A inserção que se faz dos fatos históricos visa possibilitar uma observação da dinâmica histórica do negro no Brasil. Devido a uma discordância que há entre estudiosos, não tem como se precisar a data, mas sim estabelecer um possível período que o primeiro

navio negreiro aportou no Brasil: entre 1516 e 1526, durado por mais de 300 anos, legalizado pelo regime brasileiro. (CUSTÓDIO, 2007)

A história da mulher negra no Brasil constitui-se no novo raça-gênero-classe, entremeado por outras condições como a sexualidade e características geracionais. A colonização do Brasil trouxe à mulher negra certas particularidades, principalmente pela condição de escravo em que se encontravam durante esse período. Para Collins (2015, p. 21) “a escravidão foi uma instituição específica de raça, classe e gênero”, para cada gênero tinha um papel distinto:

Capturaram e escravizaram de preferência homens, melhores que as mulheres para a realização de serviços pesados. Além disso, as mulheres podiam engravidar ficando mais lentas para o trabalho. Por esses motivos, o número de escravos eram sempre o triplo do número de escravas (MATTOSO, 1982, p. 57).

Pode-se observar que o regime escravocrata a que homens e mulheres negras foram submetidos foram devastadores para ambos, só que isso se deu de forma diferente tanto para um quanto para o outro. As relações de poder entre senhor-escravo, senhor-escrava, senhora-escravo e senhora-escrava estabeleciam-se de formas diferentes entre eles.

De acordo com estudos de Giacomini (1982), exercia-se esse poder pela força entre as relações senhor-escravo e senhora-escrava; já por ordem sexual ocorria entre a relação senhor-escrava. Quando se observa as relações entre senhora-escrava, verifica-se a presença de violência baseadas em agressões físicas que se equivalia a uma formação de punição, seja por algo malfeito ou por acreditar que tivesse seduzido o senhor (ciúmes).

A escrava além do trabalho tinha a obrigação de ofertar seu corpo seja como ama de leite para os filhos da senhora seja como amante a fim de saciar os desejos de seus senhores. A negra era vista como coisa

pau para toda obra, objeto de compra e venda em razão de sua condição de escrava. Mas é objeto sexual, ama de leite, saco de pancada das sinhazinhas, porque além de escrava é mulher. evidentemente essa maneira de viver a chamada ‘condição feminina’ não se dá fora da condição de classe [...] e mesmo de cor. (GIACOMINI, 1982, p. 73)

A escravidão para a mulher negra excedia aos sofrimentos físicos, comum em relação aos homens, havia também expropriação de seu corpo e violência socioemocional. A “apropriação do conjunto das potencialidades dos escravos pelos senhores compreende, no caso da escrava, a exploração sexual de seu corpo que não lhe pertence pela própria lógica da escravidão” (GIACOMINI, 1982, p. 81).

A partir de 1850 o tráfico negreiro passou a ser considerado e realizado na base da ilegalidade. Entretanto, esse fato não marcava a liberdade para aqueles que ainda eram cativos. Nessa conjuntura surgiu, entre o período de 1850 e 1888), no Brasil uma variante do tráfico: o tráfico interno. Este, por sua vez, originou-se da necessidade de escravos para as lavouras de café e devido ao fim definitivo da exportação desse tipo de mão-de-obra. Esse tipo de tráfico ocorria entre o Nordeste açucareiro e região aurífera, que se caracterizam por ser antigas regiões ricas e proprietárias de escravos, para a região sudeste, produtora do ouro preto brasileiro: o café (CUSTÓDIO, 2005). A historiadora Mattoso (1982) descreve tal fenômeno, tanto no século XIX e antes do século XVII, como transferência de grande contingente de escravos.

Chegavam frequentemente das províncias do norte e do nordeste, que conhecem, sobretudo, a partir de 1850, profunda depressão econômica. Passam pelos portos do Rio de Janeiro e de Santos. Entre 1852 e 1870 esse movimento alcança cinco a seis mil escravos por ano[...]. Caberia acrescentar as transferências pelas estradas de

ferro no interior do país cujo volume é totalmente desconhecido (MATTOSO, 1982).

O mercado de tráfico negreiro era regido sob uma sociedade patriarcal, na qual cada indivíduo assumia um papel de acordo com sua cor, gênero e classe social. Assim, a mulher branca tinha sua sexualidade controlada para que garantisse que os bens fossem repassados aos herdeiros legítimos dos senhores de propriedade (brancos e ricos), designando uma espécie de proteção institucional. Pode-se dizer que essa proteção abarcava em menor quantidade as mulheres brancas pobres e deixava de fora as mulheres negras, haja vista seus filhos serem visto como fonte de mercadoria e manutenção da mão de obra escrava. (COLLINS, 2015)

Durante o período colonial do Brasil, as mulheres negras trabalhavam no serviço doméstico da casa e na lavoura. Além disso, viam-se forçadas a “servir” sexualmente os seus senhores, ou seja, “submetida ao abuso sexual, ao estupro e a humilhações” (SANTOS, 2009, p.3) e posteriormente gerando filhos *mestiços*. A mulher negra durante esse período era tida como propriedade/ objeto.

O homem branco assumia sua virilidade ao tomar a mulher negra como um objeto de mero prazer. Essa atitude, comum aos grandes senhores da época, acabou influenciando a visão social de muitos da época sobre o valor da mulher negra ao sexualizar o corpo e relacionar como válvula de escape de seus desejos. Assim, a mulher negra associava-se a condição de escrava em todos os sentidos, enquanto a mulher branca beneficiava-se do casamento.

Apesar da condição de escrava, isso não as tornava desprezíveis nem ignorantes. O caso das Negras de Tabuleiro mostra exemplo de luta e inteligência com o intuito de superar as dificuldades em que viviam. Elas com seu comércio de tabuleiros em Minas Gerais apresentaram-se como um perigo para sociedade mineradora do século XVIII ao conseguir acumular ganhos, comprar alforrias e outros bens. (FIGUEIREDO, 2012).

Com a abolição, não houve equidade entre negros e brancos. Esse fato deixou ainda permanecer a dependência econômica de grande parte da população negra: aos negros eram dadas a tarefas de pior remuneração; os postos de trabalho eram dados aos imigrantes europeus. (TRIPPIA; BARACAT, 2014). Após esse período escravagista, observa-se que a maior parte das mulheres negras ainda continuam a ocupar trabalhos subalternos, ou seja, doméstico, informais e de serviços gerais.

Infelizmente essa diferença na rentabilidade promove a hierarquia de gênero e, conseqüentemente, sua submissão em relação homem, de certa forma justificando a discriminação e a violência sofrida pelas mulheres negras de baixa renda.

Mesmo depois de libertas, as mulheres negras continuaram ocupando predominantemente o serviço doméstico, porque devido à escravidão, não tiveram outras oportunidades e acabaram seguindo o mesmo ramo de trabalho que realizavam quando escravas. Embora, esse trabalho fosse remunerado, não era o suficiente para garantir todas as suas necessidades. A relação entre senhores e escravos, no espaço doméstico, de acordo com o autor, sempre foi de dominação. (VARGAS; WAMBIER, 2016, s/p)

Outro ponto que ainda dificultava a ocupar outros cargos eram as políticas públicas desfavoráveis à população negra. Nessa conjuntura, restava-lhe apenas o trabalho braçal e os cuidados domésticos, quando não ficava a cuidar da família.

Entre 1995 e 2006, o mercado de trabalho ainda era hostil à presença da mulher negras, ainda vistas mais comumente em serviços domésticos. Em pesquisa de Vargas e Wambier (2016), consta que a maioria das mulheres negras se encontrava em trabalho doméstico e, em relação ao cargo de empregador, apenas 0,4% encontravam-se nessa posição.

As mulheres negras pagaram um preço alto pelas forças que adquiriram e pela relativa independência de que gozavam. Embora raramente tenham sido ‘apenas donas de casa’, elas sempre realizaram tarefas domésticas. Dessa forma, carregaram o fardo duplo do trabalho assalariado e das tarefas domésticas. (DAVIS, 2016, p. 233)

O fato observado no excerto acima confirma as condições em que as mulheres negras sempre se encontraram. Apesar dos Movimentos Sociais (Negros e Negros), Políticas Públicas e Leis, ainda não há igualdade de direitos das Mulheres Negras no Brasil, pois elas ainda são a maioria em empregos domésticos e estão à margem no mundo do trabalho. Pode-se dizer que a vida mulher negra no Brasil é luta por melhores condições de vida, salários, acesso a curso de graduação, respeito e reconhecimento pelo crescimento em prol da economia e resistência contra a opressão, violência e racismo em prol da igualdade de gênero, social e racial. (VARGAS; WAMBIER, 2016)

Em 1997, a taxa de analfabetismo da população negra maior de 15 anos era 20,8% e da população branca, 8,4%. Os negros de 7 a 22 anos que frequentavam a escola eram 77,7%, em contraste com os brancos que eram 84,7%. (CARNEIRO, 2011, p.51). Assim, enquanto a mulher branca lutava para trabalhar fora de casa e ingressar no meio acadêmico; a mulher negra já trabalhava há séculos como meio de sustento da família, longe das salas de aula. Consideradas desprovidas de inteligência, vencer a representação de braço de trabalho era necessário.

A privação de direitos não corre apenas no plano educacional, mas também físico. O mapa da violência de 2015 mostra um aumento em 10 anos de 54% de mortes de mulheres negras. Em 2003, o número de homicídios de mulheres negras era de 1864, passando para 2.875 em 2013. Segundo dados do Ministério da Saúde, a violência sofrida pelas mulheres negras ocorre 55% nos ambientes domésticos, geralmente por seus parceiros (33%). O Brasil se encontrava em 5º lugar, em 2013, dentre oitenta e três países avaliados. (WASELFISZ, 2015).

A violência de gênero é naturalizada por uma série de questões. Dentre elas o fato histórico da mulher ser vista como propriedade e a mulher negra como objeto de prazer e fonte de mão de obra. “Além do machismo, há o marcador de raça, onde o racismo faz com que o corpo da mulher negra seja objetificada a partir de visões colonialistas” (SANTOS, 2018, p. 24). O ciúme – reforço da submissão de uma pessoa sobre a outra, que se origina do patriarcado – torna-se ferramenta comum na exposição de motivos na manutenção de violência contra a mulher, principalmente a negra. Compreende-se, portanto, que a alta taxa de feminicídio de mulheres negras é um reflexo do período colonial brasileiro.

Esse fato acaba por influenciar a afetividade da mulher negra que desde crianças vivem uma solidão afetiva, não somente no que se refere à relação homem-mulher, mas também nas relações profissionais, de amizades e outros aspectos sociais. “As crianças negras aprendem, desde cedo, que a sua afetividade não é importante, e que elas precisam permanecer sempre fortes diante da estrutura racista, não podendo demonstrar afetividade, pois isso é sinônimo de fraqueza” (SANTOS, 20218, p. 25). Essa postura acaba levando às mulheres negras, em sua fase adulta, um corpo fechado à afetividade.

3 AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: das Ações Afirmativas ao Fies

O percurso histórico de ingresso das várias frações de classe social no ensino superior brasileiro apresenta quatro períodos: o primeiro estende-se até a década de 30 do séc. XX, caracterizando-se pela exclusão das elites no espaço universitário; o segundo, dos anos

de 1930 até os 70, os estratos superiores da classe média tomam quase a totalidade das vagas; o terceiro, dos anos 70 à década de 90, as camadas médias, devido à expansão escolar a todos os segmentos sociais, conseguiram adentrar o espaço do ensino superior particular (iniciado e estimulado desde a ditadura civil e militar) e ocupar as vagas disponíveis na graduação pública brasileira; e o quarto, iniciado a partir de 2000, os setores das classes média baixa e das mais baixa renda começavam a ter acesso ao ensino superior público e privado por meio de fomento de políticas públicas, com o intuito de proporcionar educação a todos, ou seja, a todos os segmentos sociais. (CUNHA, 1975; 2000; SANTOS, 1998; HILSDORF, 2006; ALMEIDA, 2007).

Diante disso, pode-se dizer que o acesso à educação superior se deu com mais efetividade às classes economicamente desfavorecidas desde 2000, segmento onde há maior contingente de afrodescendentes. Foi no período da presidência de Luís Inácio Lula da Silva, que se teve maior preocupação com os desfavorecidos. O ensino superior, gradativamente, tornou-se acessível a essa classe social.

Cabe ressaltar que, durante o governo Lula e Dilma Rousseff, houve um aumento considerável de institutos de ensino superior tanto públicas quanto particulares no Brasil. Os incentivos educacionais contribuíram substancialmente para esse índice quantitativo de universidades. Com isso, as pessoas de baixa renda passaram a ter mais opções de acesso ao ensino superior. (SILVA, 2020; FERREIRA, 2020)

Como as vagas dos cursos de graduação pública são desproporcionais aos alunos que se formam anualmente no ensino médio e muitos alunos não possuem uma renda favorável para cursar uma graduação particular, o governo federal possibilitou as ações afirmativas nas mais diferentes esferas educacionais, conhecido como sistema de cotas, e criou o Programa Universidade para Todos (ProUNI), dentre outras. (SILVA, 2020; FERREIRA, 2020)

Dentre as políticas públicas que possibilitam o acesso dos afrodescendentes no ensino superior privado, destacam-se o sistema de cotas e o ProUni que serão a seguir explicitadas sua origem, definição e finalidade.

3.1 Cotas e Programa Universidade para Todos - ProUni

O acesso de pessoas negras às instituições de ensino superior foi regulamentado por Leis de Ações Afirmativas, mais especificamente pela Lei n. 12.711/2012. Essa norma estabelece que todas as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e Ensino Técnico de Nível Médio devem designar metade de suas vagas para egressos de escolas públicas, com 50% para as pessoas de baixa renda. Nessas vagas deve-se considerar cotas para candidatos pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiências. (SILVA, 2020)

A Lei de Cotas nas universidades é um marco fundamental que se iniciou no princípio dos anos 2000. Nesse período diversas instituições de ensino superior, por decisão autônoma de suas instâncias deliberativas ou por meio de leis estaduais, aprovaram adoção de ações afirmativas a fim de ampliar o acesso de negros ou pessoas de baixa renda em cursos de nível superior. (SILVA, 2020)

Desde 1983, o deputado Abdias do Nascimento defendia a concessão de bolsas de estudos para alunos negros em seu Projeto de Lei (PL) n. 1332/1983. Em sua versão final, o PL do Estatuto da Igualdade Racial (PL n. 3.198/2000) previa sistema de cotas para negros nas universidades, entretanto sua aprovação acabou sendo negada. (SILVA, 2012)

Em 1995, o Movimento Negro com 30 mil pessoas em Brasília tinha como uma de suas demandas as ações afirmativas para acesso de negros nas universidades, cursos profissionalizantes e áreas de tecnologia de ponta (JACCOUD et al., 2009; SANTOS, SOUZA, SASAKI, 2013)

Em 2001, na III Conferência Mundial Contra o Racismo (Durban - África do Sul), ficou acordado que os Estados promovessem o acesso à educação para as populações afrodescendentes. Entretanto, desde 1968, a Convenção Internacional sobre eliminação de todas as formas discriminação Racial (CERD) já previa adoção de “medidas especiais tomadas com o único objetivo de assegurar progresso adequado de certos grupos raciais ou étnicos”, desde que quando os objetivos de igualdade fossem alcançados.

As primeiras ações afirmativas para o ingresso de estudantes negros no ensino superior foram implementadas inicialmente na Universidade do Rio de Janeiro (UERJ) e na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) nos primeiros anos do século XXI. Apesar da adoção de 129 instituições no país até 2012, foi com uma legislação federal aprovada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) que o sistema de cotas em cursos de instituições de ensino superior fez-se presente. (SILVA, 2020)

No julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n.186, reconheceu-se a constitucionalidade do critério racial, que passou a ser válido para o sistema de cotas na UnB, onde contestou-se a validade das ações afirmativas no âmbito jurídico, chegando a última esfera, no caso o STF. “Esse fato tornou-se um marco para a difusão e validação normativa das propostas de ação afirmativa para negros, não apenas no ensino superior, como em outros campos da vida social.” (SILVA, 2019). Em meio a esse momento, o parlamento aprovou a Lei de Cotas nas universidades passando a ser aplicada nos processos seletivos a partir de 2013 e, de forma plena, a partir de agosto de 2016 (SANTOS, SILVA, SILVA, 2013; DAFLON, FERES JÚNIOR E MORATELLI, 2014)

Considerando a história dos egressos negros, em especial as mulheres, pode-se dizer que, desde fins do período oitocentista brasileiro até os dias atuais, houve uma significativa transformação no perfil dos estudantes universitários. Em um espaço dominado pelos brancos, hoje é comum a presença de pessoas não brancas, apesar de ainda ser minoria nas universidades. (SANTOS, 2020)

As últimas décadas trouxeram algumas iniciativas que permitiram a expansão da educação superior e a ampliação do espectro populacional atendido. Além do Sistema de Cotas, destacam-se dentre elas: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), as políticas de ações afirmativas, a reestruturação do programa de financiamento estudantil (Fundo de Financiamento Estudantil – Fies) e a criação do Programa Universidade para Todos (ProUni). (SANTOS, 2020)

Dentre essas políticas públicas, o ProUni, criado em 2004 e institucionalizado pela Lei N° 11.096 de 2005, viabiliza bolsas de estudo parciais e integrais para cursos de graduação em universidades ou faculdades privadas (BRASIL, 2018) para aqueles que se enquadrem nos critérios pré-estabelecidos, dispostos a seguir:

- i) não possuir diploma de ensino superior;
 - ii) ter cursado o ensino médio em escola da rede pública ou particular com bolsa integral;
 - iii) ensino médio parcialmente realizado em escola da rede pública, parte na particular e parte na pública;
 - iv) pessoa com deficiência;
- entre professores da rede pública, contanto que efetivo no magistério da educação básica e do corpo permanente; em caso de bolsa integral, a renda familiar bruta não pode ser superior a 1,5 salário-mínimo por pessoa e, se bolsista parcial, 3 salários-mínimos por pessoa; entre professores da rede pública não há tal restrição, quando solicitar bolsas para cursos de licenciatura;
- viii) em termos de desempenho, obter nota no Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) igual ou superior a 450 pontos e maior que zero na prova de redação (BRASIL, 2018b).

De acordo com a pesquisa realizada por Almeida (2017), há maior permeabilidade aos segmentos de baixa renda e negros nas universidades públicas quando comparada ao sistema privado. Devido à desigualdade social e a escassa distribuição de renda no Brasil, a gratuidade torna-se um dos aspectos importantes na escolha do curso, além da questão da permanência, o que leva a gastos diversos onerosos a esse segmento. (ALMEIDA, 2009).

De acordo com dados de estatísticas, Almeida (2017, p. 98) pode concluir:

No ProUni, realmente há um componente inclusivo no ensino superior privado quando pensamos em acesso de certo segmento negro, de baixa renda (uma “classe média baixa” para as universidades confessionais, privadas não lucrativas; um perfil de baixa renda mais presente nas universidades privadas lucrativas) e oriundo da escola pública.

Assim, observa-se como resultado dessas mudanças um “novo” estudante presente na educação superior particular quando se compara ao período precedente, ou seja, a figuração de jovens, mulheres e negros.

3.2 Programas Educacionais do Governo Bolsonaro

Algumas políticas públicas educacionais foram implementadas pelo governo Jair Bolsonaro. Dentre elas, a Política Nacional de Alfabetização, mais conhecida como Tempo de Aprender, regulamentada pelo Decreto 9.765/2019. Esse programa parte da premissa colaborativa entre pais, professores e gestores no combate ao analfabetismo, sem apresentar investimentos e recursos para a sistematização dessa formação colaborativa. Além disso, o desenvolvimento científico de pesquisas sobre alfabetização torna-se dispensável, apostando no ensino aprendizagem da educação infantil em uma proposta pautada na decodificação das palavras. (MORAIS, SANTOS, PAIVA, 2021)

Outro projeto da política educacional do governo do Bolsonaro foi o Futura-se, criado pelo Projeto de Lei - PL nº 3076/2020, que tinha por objetivo combater o comunismo e estimular uma universidade empreendedora e inovadora. Leher (2021) explica que o Futura-se encontra-se inserido como estratégia neoliberal e neoconservadora de extrema direita. “O projeto neoconservador e neoliberal envolve, centralmente, a criação de um espaço em que se torne impossível pensar o econômico, o político e o social fora das categorias que justificam o arranjo social capitalista”. (SILVA, 2015, p. 13)

Em consonância com as narrativas dominantes, é um programa que visa garantir autonomia financeira das universidades a fim de investir em um empreendedorismo e novidades voltadas para a geração de emprego. Entretanto, a Emenda Constitucional EC n. 95 acabou por inviabilizar o avanço educacional com os ajustes fiscais estabelecidos.

Em janeiro de 2019, com o intuito de combater a violência dentro dos ambientes escolares e assim promover uma qualidade de ensino, cria-se o Programa Nacional das Escolas Cívico Militares (PECIM) mediante Decreto n. 10.004, de 5 de setembro de 2019. Para Ricci (2019, p. 109), “o adestramento nas escolas e o discurso ideologizado passam a se alinhar com a pregação da coação e da coerção institucionalizada na educação” (RICCI, 2019, p. 109).

Em 2021, o Decreto N. 10.686 traz normativas que autorizam o bloqueio de dotações orçamentárias primárias discricionárias, ou seja, orçamentos para serviços públicos, sendo a área educacional uma das mais afetadas, com mais de 2,7 bilhões de recursos paralisados. Dentre os orçamentos bloqueados, também se encontram hoje destinados à área da ciência, da pesquisa, dos investimentos públicos e da manutenção nas estruturas públicas como as universidades. (BRASIL, 2022)

Observa-se que pouco se fez pela área educacional durante o período da presidência de Jair Bolsonaro, principalmente no que se refere à implementação e manutenção dos egressos de em instituições superiores, por se encontrar indiferente e ignorante à problemática dos segmentos populacionais em questão.

4 O PERFIL DA GRADUANDA NEGRA NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DO IESF

4.1 Instituto de Ensino Superior Franciscano e o Curso de Serviço Social

O Instituto de Ensino Superior Franciscano – IESF, localizada no município de Paço do Lumiar, promove uma qualidade de ensino que visa priorizar a formação integral, profissional e cidadã de seus egressos. A instituição educacional oferece à comunidade graduação, pós-graduação e MBA. A Instituição encontra-se na Avenida 14 do Maiobão, próximo ao Farol da Educação, contando com dois prédios (sede e anexo). As salas de aulas são climatizadas. Oferece laboratórios de informática com rede à internet para uso dos discentes e docentes. Possui uma ampla biblioteca com grande acervo para todas as áreas educacionais oferecidas pelo IESF, devidamente climatizada, contando com áreas individuais e salas de estudos para reuniões de pesquisas em grupo, com computadores para consulta de dados técnico-científicos e ao banco de dados das fontes bibliográficas que a constituem. Tem auditório com cadeiras estofadas para apresentações de eventos, sala de atendimento psicopedagógico tanto para os discentes quanto para os docentes, áreas de vivências. (IESF, 2022)

A Secretaria Acadêmica, além de contar com dados dos alunos, apresenta soluções e orientações aos educandos, além de frequentemente passarem por formação profissional humanizado a fim de promover um atendimento humanizado. Os professores que lecionam na instituição podem dispor da sala dos professores, além da biblioteca, sala de informática e laboratórios para desenvolverem seus projetos de ensino e extensão.

O IESF tem a missão de:

Promover a geração e difusão do conhecimento, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com atividades criativas e inovadoras, propiciando a formação de profissionais qualificados aptos a contribuir para o desenvolvimento econômico, social e cultural da sua região de influência. (IESF, 2022g)

A visão da instituição apresenta-se em ser centro de excelência em educação, com reconhecimento por sua produção científica, práticas empreendedoras sustentáveis que tenham responsabilidade e inclusão social, com o intuito de colaborar para o desenvolvimento socioeconômico local, estadual e/ ou nacional. Para tanto, os valores que nortearam essa proposta do IESF respaldaram-se na inovação, inclusão, ética, sustentabilidade e formação de qualidade. (IESF, 2022g)

O curso de Serviço Social foi autorizado, por meio da Portaria Nº 568, de 07 de novembro de 2013, para ser ministrado pelo Instituto de Ensino Superior IESF, sendo oficialmente reconhecido pela Portaria nº 877, de 17 de dezembro de 2018 e renovado o reconhecimento pela Portaria Nº 209, de 25 de junho de 2020 (IESF, 2022c; IESF, 2022d; IESF, 2022e). O curso tem a duração de quatro anos, ocorre no turno noturno, sob a coordenação da Profª Me Katiana Souza Santos. (IESF, 2022f).

A Matriz Curricular do Curso de Bacharelado em Serviço Social contou com a primeira atualização no segundo período de 2018 e a segunda, no segundo período de 2019. De acordo com a Matriz Curricular de 2018, a carga horária total das disciplinas tinha 2.520h; das Atividades Complementares, 200h; do Estágio supervisionado, 400h; chegando a um total

de 3.120h durante um período de quatro de anos. A Carga Horária das disciplinas ofertadas se manteve, mas com pequenas alterações na disposição das disciplinas, atividades complementares e estágio. (IESF, 2022b).

O profissional que o IESF busca formar no curso de Serviço Social apresenta um perfil ético, crítico, propositivo, competente, instrumentalizado e articulado para que seja competente na atuação de conflitos sociais e no enfrentamento da questão social, quando solicitado sua intervenção profissional. O assistente social pode atuar nas seguintes áreas: saúde, previdência social, educação, habitação, assistência social, justiça, movimentos sociais, meio ambiente, empresas privadas. Além dessas, atua também nas realizações de Planejamento, Gerenciamento, Administração, Execução, Monitoramento e Assessoria de programas e projetos no contexto das políticas públicas e ações da iniciativa privada.

4.2 Discentes de Gênero Feminino no Curso de Serviço Social

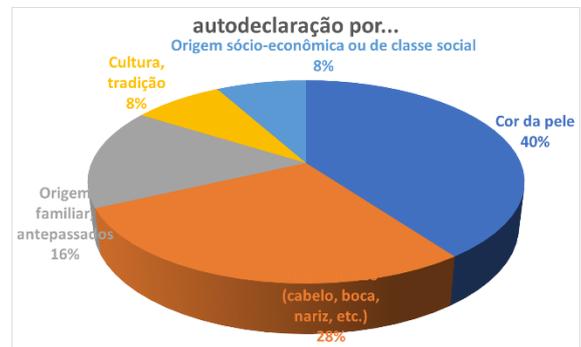
Esta pesquisa de caráter qualitativo contou com a participação voluntária de alunas que se autodeclararam negras/pretas/pardas no Curso de Serviço Social do IESF. Aplicou-se um questionário *on-line*, disponível pelo link <https://forms.gle/f8bc2QugqaDiYnc28> gerado pelo *Google Forms*, a fim de otimizar o resultado e a aplicabilidade do questionário aos quatro períodos que serviram de recorte para este estudo.

Gráfico 1 – Percentual de mulheres negras no Curso de Serviço Social a partir do recorte de 50% dos períodos que possui em 2022



Fonte: AUTOR, 2022

Gráfico 2 - Critérios da autodeclaração das participantes



Diante disso, aplicou-se questionário em quatro turmas do curso de Serviço Social. A fim de resguardar a identidade das graduandas, decidiu-se não expor os períodos que foram selecionados para a aplicação desse estudo. É importante lembrar que a participação das alunas ocorreu de forma voluntária, considerando a autodeclaração válida. Do total de alunos que constam matriculados nessas turmas (Gráfico 1), encontram-se apenas 17% de mulheres que se autodeclararam negras em um contingente de homens e mulheres, partindo da quantidade de alunos inscritos por período.

No que se refere à autodeclaração no que se refere à cor ou raça (Gráfico 2), as participantes tiveram mais de uma opção de resposta, com o intuito de compreender quais os critérios que tomam ao se declararem enquanto negras. Diante disso, elas consideraram no processo de autodeclaração: a cor da pele (40%), os traços físicos (28%), a origem familiar (16%) e, por último, a cultura e tradições afro descendentes (8%) e a origem socioeconômica (8%). Como se pode observar, o quesito cor da pele e os traços físicos foram fatores predominantes dentre as participantes para se classificarem enquanto tal, entretanto, isso não significa dizer que os outros critérios têm menos importância, mas sim somam-se nos critérios

escolhidos no processo da autodeclaração. Vale a pena lembrar que no Brasil torna-se comum a identificação racial dar-se pelos traços físicos e não necessariamente por ascendência.

Gráfico 3 – Faixa etária das participantes

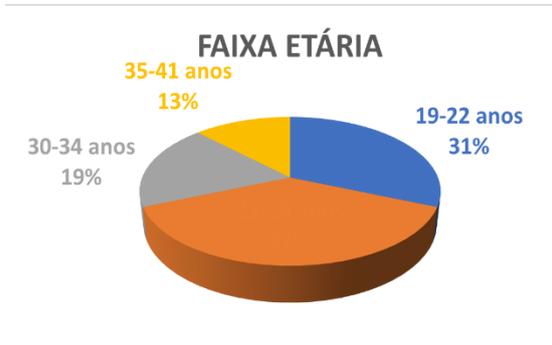
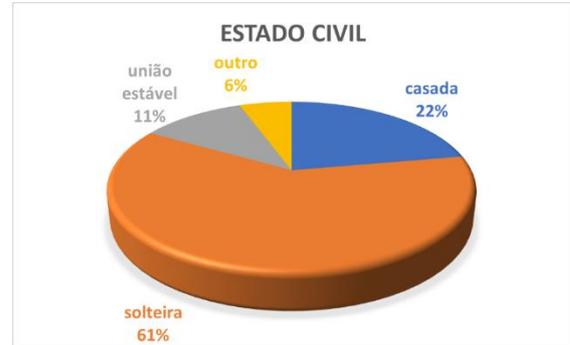


Gráfico 4 - Estado Civil das participantes

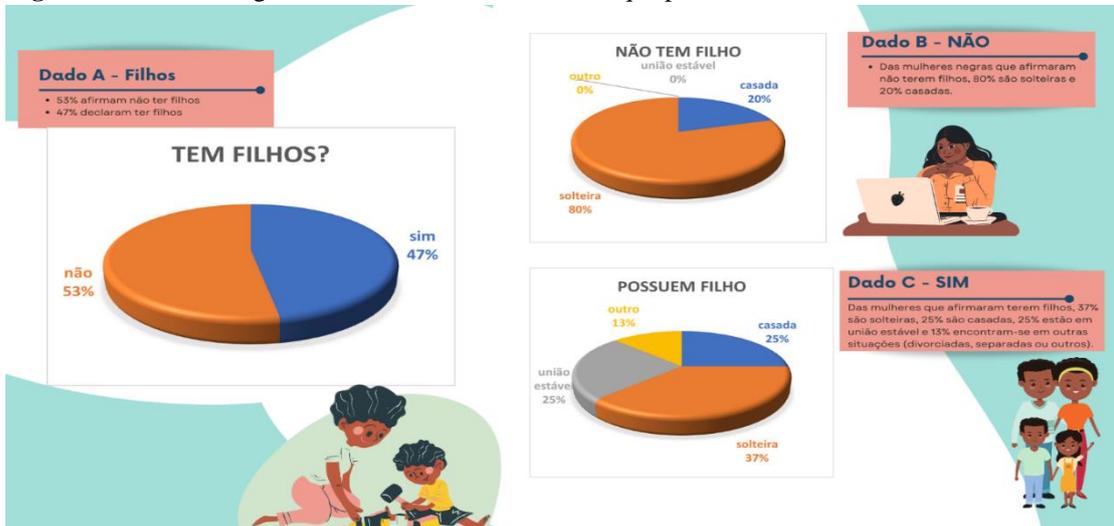


Fonte: AUTOR, 2022

A faixa etária das participantes (Gráfico 3) variam de 19 a 41 anos, sendo que 31% correspondem as mulheres entre 19-22 anos; 37% a mulheres que se encontram entre o 23 e 29 anos; e 19% a mulheres que possuem entre 30 e 34 anos; e 13% entre 35 e 41 anos. Observa-se que há uma busca maior pelas faculdades privadas pelas pessoas com mais de 22 anos.

No que se refere ao estado civil (Gráfico 4), as participantes se declararam 61% solteiras, 22% casadas, 11% com união estável, e 6% em outro tipo de configuração. Diante de tal conjuntura, pode observar que a maioria das mulheres que se autodeclararam negras são solteiras em comparação com as casadas.

Figura 1: Mulheres negras de acordo com o estado civil que possuem filhos



Fonte: AUTOR, 2022

Observou-se que ter ou não filhos atualmente independe de a mulher estar casada ou não (Figura 1). Na pós-contemporaneidade, torna-se muito comum haver mulheres solteiras com filhos. Das mulheres que se apresentaram com filhos, 37% eram solteiras, 25% casadas, 25% com união estável, e 13% se encontravam em uma situação adversa (divorciada, separada e outras). Em resumo, 50% criam seus filhos sozinhas, sem a presença da figura paterna, no lar. Das mulheres que disseram não terem filhos, 80% eram solteiras e apenas 20% eram casadas. Em uma relação à dois, a opção de não ter filhos não é algo muito característico dessas mulheres, mas enquanto solteiras se preservam, já que busca sua liberdade financeira por meio da formação educacional.

Essa realidade ocorre, de acordo com Negafya (2018), em sua poesia, por conta da solidão da mulher negra: uma situação imposta pela atitude de poder, machismo e racismo, ou seja, pela condição histórica da supremacia de raças (no caso, a branca sobre a negra), mais especificamente à cor. Quanto mais a mulher negra se assemelha a traços de negritude, mais sujeita está a solidão, pois infelizmente os conceitos de colonialismo, miscigenação e democracia racial ainda influenciam a sociedade brasileira, ou seja, a cultura e as relações sociais que a envolve. Com isso, observa-se que quanto mais escura for a cor da pele, maior será os preconceitos e a exclusão da mulher negra e compreende-se que a solidão sentida pela mulher negra se diferencia da mulher branca, pois esta não sofre a exclusão por conta de sua cor. (SANTOS, 2018)

“A solidão da mulher negra ocorre devido ao imaginário de que ela não foi feita para construir relacionamentos afetivos e sim para servir ao homem” (SANTOS, 2018, p. 26). Esse estereótipo construiu-se por meio da visão do homem branco europeu, com o intuito de objetificar a mulher negra e assim poder usá-la sem culpa por meio de violência ou não. E caso não se encaixe nos padrões estéticos pela sociedade ocidental, a solidão dessa mulher torna-se acentuada.

Gráfico 5 – Rede de apoio

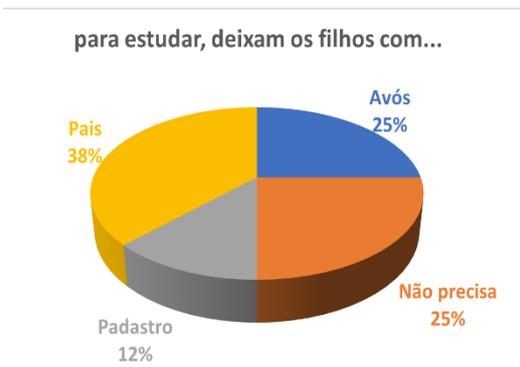
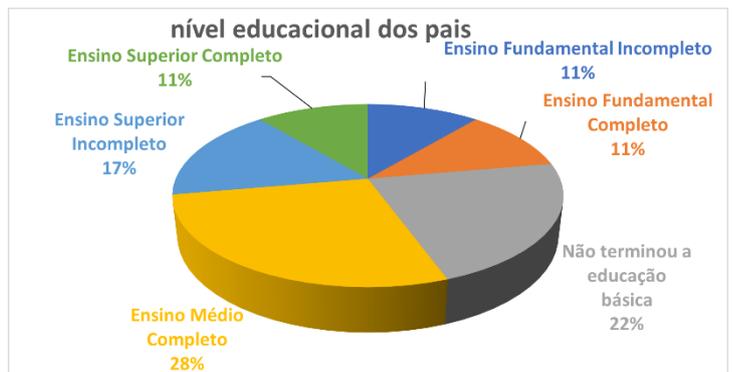


Gráfico 6 - Formação educacional dos pais das graduandas

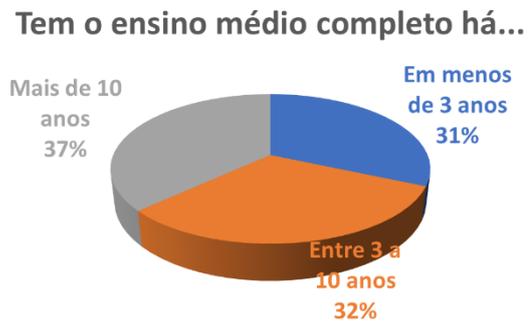


Fonte: AUTOR, 2022

Ao questionar as graduandas com quem deixavam seus filhos para finalizar seus estudos ou enquanto trabalhavam (Gráfico 5), declararam ter como rede de apoio os pais (38%), os avós (25%) e o padrasto (12%). Observa-se que 75% das graduandas têm a família como base e incentivo para sua formação profissional.

Quando questionadas sobre a formação educacional de seus pais (Gráfico 6), as graduandas declararam que 11% não tem o ensino fundamental, 11% têm o ensino fundamental completo, que 22% não terminou a educação básica (ou seja, não tem o ensino médio completo). Pode, assim, concluir que 44% dos pais das graduandas não finalizaram a educação básica.

Em contrapartida, 28% das graduandas declararam que seus pais possuem ensino médio completo, 17% com pais de ensino superior incompleto e 11% ensino superior completo. Compreende-se, assim, que 56% dos pais das mulheres negras que estudam no IESF tem pais com o nível educacional básico, sendo que a metade destes tenham dado prosseguimento no ensino superior. Observa-se com isso o empoderamento da mulher negra por meio do valor dado à educação e à formação profissional.

Gráfico 7 - Lugar de moradia**Gráfico 8 - A média de tempo entre a formação do ensino médio e o superior**

Fonte: AUTOR, 2022

De acordo com o Gráfico 6, as mulheres que se autodeclaram negras moram nos municípios da Macrorregião de São Luís: 45% em Paço do Lumiar, 33% em São Luís e 22% em São José de Ribamar, principalmente nas regiões próximas da sede do IESF. Como se pode observar, a maior parte das graduandas que participaram dessa pesquisa moram em Paço do Lumiar devido à facilidade de localizar-se nesse município.

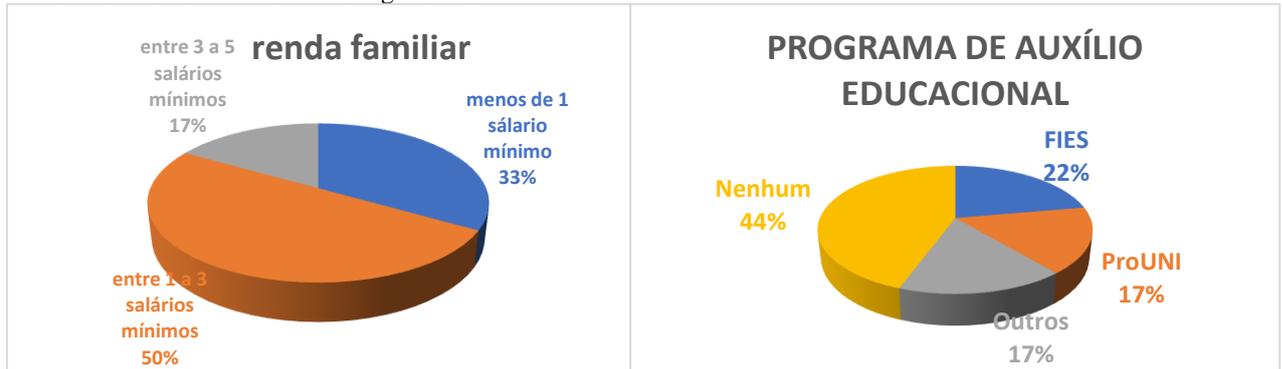
O gráfico 7 mostra o tempo médio entre a formação superior e o ensino médio. Grande parte das mulheres negras (37%) que estudam no IESF tem formação do ensino médio há mais de dez anos, 32% entre três a dez anos e 31% menos de três anos. Verificam-se, portanto, que são poucas as mulheres negras que terminam o ensino médio e ingressam logo no ensino superior.

Gráfico 9 – Exercício das estudantes que trabalham

Fonte: AUTOR, 2022

No que se refere ao trabalho (Gráfico 9), 61% das graduandas possuem emprego a fim de contribuir na renda mensal da família, 22% declararam que às vezes e 17% não trabalham. Observa-se assim que mais 80% buscam o trabalho para complementar a renda familiar. Das que trabalham, 29% atuam em instituição privada, 22% no comércio, 21% em outros, 14% em instituição pública, 7% em salão de beleza e 7% em home office.

Gráfico 10 - Renda Familiar x Programas Educacionais



Fonte: AUTOR, 2022

O Gráfico 10 revela que 50% da renda familiar das graduandas varia entre 1 a 3 salários mínimos, 33% em menos de um salário mínimo, em contraste com apenas 17% que possuem uma renda entre 3 a 5 salários. Como 33% afirmaram que a renda familiar é menor que a de um salário-mínimo, acredita-se que há possibilidades de graduandas estarem na linha de pobreza. De acordo com pesquisa realizada por Tronco e Ramos (2018, p. 296), “a linha de pobreza é a soma da linha de indigência com os demais custos mínimos para um indivíduo sobreviver numa dada sociedade”, cuja renda diária inferior a R\$ 10,81 estabelece esse limite, de acordo com dados informados por Araújo (2022).

Os programas de auxílio educacional surgiram com o intuito de oportunizar educação para todos, principalmente às pessoas de renda salarial baixa e que estudaram em escola pública que não tiveram a chance de entrar nas universidades federais e estaduais pelo Enem, buscando nas faculdades particulares oportunidade de formação educacional e profissional.

Observa-se ainda no Gráfico 10 que a maioria das mulheres negras que estudam Serviço Social possuem uma renda familiar não muito favorável para estudar em uma graduação, por isso a busca pelos programas de auxílios de estudo nas faculdades particulares. Dentre as universitárias negras, 22% contam com o Fies, 17% com ProUni, 17% declararam contar com outros auxílios, contabilizando um total de 56%; em contrapartida com 44% que fazem de sua própria renda para manter-se na faculdade.

Gráfico 11 – Dificuldade de permanência por questões socioeconômicas das graduandas



Fonte: AUTOR, 2022

Quando questionadas sobre a permanência na faculdade (Gráfico 11), a maioria pensou em desistir (78%), acredita-se que por questões financeiras, educacionais e sociais. Universidades, como a Uninter, Feevale, Unifg, entre outras, apresentam uma preocupação de proporcionar a esses alunos um apoio educacional para os alunos que possuem dificuldades e

Gráfico 12: Racismo no Curso de Serviço Social do IESF



atrasos de aprendizagem, para que possam adquirir de forma eficaz o conhecimento passado na faculdade. (UNIFG, 2021; UNINTER, 2014; UNIFG, 2021)

Ao comparar o Gráfico 11 com o gráfico 5, que ilustra a rede de apoio das graduandas que possuem filhos, compreendeu-se que a dificuldade de permanência da mulher negra na faculdade está muito mais associada ao fator socioeconômico do que propriamente sobre a preocupação de com quem deixar os filhos. Os pais e a família caminham juntos para a formação da mulher negra que vem a contribuir para a renda familiar.

Quando questionadas sobre o racismo (Gráfico 12), apenas 5% das universitárias negras que participaram desta pesquisa responderam *Sim*, 6% *Talvez* e 89% *Não*. Observou-se que o racismo na instituição sofrido pelas mulheres se deveu à cor atrelado ao seu contexto socioeconômico, pois a função e a renda familiar que possuem estão associados a esse tipo de ato criminoso. As mulheres negras que responderam ter sofrido o racismo possuem menos de um salário-mínimo e autodeclararam-se negras devido a cor e aos traços físicos. Em consonância com Osório (2021, p. 11), “Classe e raça são analiticamente separáveis, mas na realidade brasileira são indissociáveis.”

Quando há observância da dúvida do ocorrido, considera-se ter havido o ato negacionista de uma raça sobre outra. Entende-se o racismo quando alguém de cor branca ou outra (com o senso de ser servido) crê ser superior à negra (que acredita que esta tem de servir), seja exposta de forma explícita ou velada. Acredita-se ter ocorrido as duas situações: tanto aquela que se tem a intenção de humilhar ou impor situação de poder devido à questão da cor; quanto a outra em que o branco acaba fazendo uso de piadas, expressões, e outros subterfúgios que acabam denegrindo a imagem do negro de uma forma que deixa em dúvida a pessoa passiva ao racismo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Voltando à questão da presente pesquisa (*Quais as características comuns das mulheres negras que estudam no Curso de Serviço Social do Instituto de Ensino Superior Franciscano?*), a graduação de Serviço Social é um curso acessível quanto à questão financeira, o que leva à algumas pessoas tomarem-na como escolha, diferente de Direito ou Medicina. A partir do recorte de 50% dos períodos do Curso de Serviço Social, um percentual de 19,8 de mulheres negras. (AUTOR, 2022)

De acordo com os dados coletados, as mulheres negras no Curso de Serviço Social qualificam-se, assim, devido à cor da pele e traços físicos; encontram-se entre os 19 e 41 anos de idade; são em sua maioria solteiras, havendo também casadas, com união estável e outros; 53% não possuem filhos e 47% têm. Das que possuem filhos, a família atua como rede apoio para sua formação (pais, padrastos e avós). Dos pais dessas mulheres, 44% não finalizaram a educação básica; em contrapartida, 56% finalizaram; destes últimos, 28% ingressaram no ensino superior.

A maioria dessas estudantes ingressaram no ensino superior após três anos de concluído o ensino médio, acredita-se que a faculdade em Paço do Lumiar, município da Ilha de São Luís, possibilitou que o sonho de uma formação de nível superior fosse alcançado (claro que não se pode deixar de contar com contexto do mercado de trabalho atual que exige das pessoas habilidades e adequações para se galgar novos patamares profissionais, econômicos e sociais).

Outra característica em comum entre elas é que a maioria trabalha, contando com 83%. Os serviços que prestam são diversos: auxiliar no comércio, diarista, copeira, salão de beleza, recepcionista, promotora de vendas e dona do lar. A renda familiar chega a constituir-se em menos de um salário para 33%, e entre 1 a 5 salários mínimos para 77%, o que torna compreensível o auxílio do Fies, ProUni e outros. Mas há ainda aquelas que contam com sua

própria renda, talvez pelas dificuldades burocráticas ou pelo desconhecimento de seus direitos estudantis universitários. A maior parte delas teve durante o curso a dificuldade de permanecer na faculdade, tendo vários fatores sociais econômicos condicionantes para isso. Somando-se tudo a isso, 5% sofreram racismo na instituição.

Essa pesquisa ganha relevância no âmbito acadêmico, principalmente por problematizar a mulher negra no âmbito universitário, principalmente no curso de Serviço Social, em Paço do Lumiar-Ma, somando com pesquisas que abordam a questão racial do negro em diferentes faculdades. Ao traçar o perfil das universitárias, leva a refletir-se sobre os programas educacionais e sociais que visam amparar os direitos constituintes para tal segmento, pois as faculdades privadas ou públicas têm como responsabilidade formar cidadãos competentes para atuarem no mercado de trabalho. Para chegar a ser reconhecida como faculdade de excelência, faz-se necessário propor novos olhares e dinâmicas educacionais, psicológicas e de fomento de acordo com o público atendido, a fim de alcançar a permanência de todos os alunos até a finalização do curso.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Wilson Mesquita de. Prouni e o acesso de estudantes negros ao ensino superior. **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 12, n. 23, jan/abr de 2017.

ALMEIDA, Wilson Mesquita. **USP para todos?** Estudantes com desvantagens socio-econômicas e educacionais e fruição da universidade pública. São Paulo: Musa/FAPESP, 2009.

_____. Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019. Institui a Política Nacional de Alfabetização. Disponível em: D9765 (planalto.gov.br) Acesso em 20 de maio de 2021.

_____. Presidência da República. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 dez. 2016. Disponível em: Emenda Constitucional nº 95 (planalto.gov.br). Acesso em 24 de maio de 2021.

ARAÚJO, Felipe. Linha de pobreza. **Infoescola**. Disponível em: <https://www.infoescola.com/sociologia/linha-de-pobreza/> Acesso em: 26 out. de 2022.

BRASIL. Decreto 10686/21 | Decreto nº 10.686, de 22 de abril de 2021. **JusBrasil**. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1196875658/decreto-10686-21> Acesso em: 11 jun de 2022.

CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras Fala:** Feminismo na perspectiva de mulheres negras brasileiras. 2012. 383f. Tese (Doutorado em Filosofia e Ciências Humanas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador (BA).

_____. História das mulheres negras e pensamento feminista negro: algumas reflexões. In: SEMINÁRIO INTERNACIONALFAZENDOGÊNERO,8–CORPO, VIOLÊNCIA E PODER, 2008, Santa Catarina. Atas...Florianópolis, 2008, p. 1-7.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Ashoka Empreendedores Sociais; Ttakono cidadania (Orgs.). **Racismos Contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

COLLINS, Patricia Hill. Em Direção A Uma Nova Visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata (org). **Reflexões e práticas de transformação feminista**. São Paulo: SOF, 2015. [Originalmente publicado em 1989].

_____. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Trad. Natália Luchini. In: Seminário "Teoria Feminista", Cebrap, 2013. [Em inglês, Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. Nova York/Londres, Routledge, 1990.

_____. "Intersectionality: a knowledge project for a decolonizing world?". In: Colóquio Internacional Intersectionnalité et Colonialité: Débats Contemporains, Université Paris Diderot, 28 mar. 2014.

CRENSHAW, Kimberlé W. **Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics**. **University of Chicago Legal Forum**, 1989. p. 139-167.

_____. "Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color". In: FINEMAN, Martha Albertson; MYKITIUK, Roxanne (Orgs.). **The public nature of private violence**. Nova York: Routledge, 1994. p. 93-118.

CUSTÓDIO, Meliza da Silva. **Mulher negra**: da inserção na história a inserção na propaganda. In: I CONGRESSO DE PESQUISADORES NEGROS, 2002, São Carlos. Atas...São Carlos, 25 a 29 de agosto de 2002.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4248256/mod_resource/content/0/Angela%20Davis_Mulheres%2C%20raca%20e%20classe.pdf Acesso em 14 jun. 2022.

FERREIRA, Aline Santos. **Negros universitários**: Um desafio diário de permanência. Brazil: Publishing, 2020.

FEEVALE. **Programa de Nivelamento**. Disponível em: <https://www.feevale.br/graduacao/programas-de-ensino/programa-de-nivelamento> Acesso em: 22 nov. 2022

FIGUEIREDO, Luciano. Três pretas virando o jogo em Minas Gerais no século XVIII. In XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES; Flávio (Orgs). **Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação**. São Paulo: Editora Selo Negro, 2012

HARAWAY, Donna. Situated knowledges: the sciences question in feminism and the privilege of partial perspective. **Feminist Studies**, v. 14, n. 3, 575-599, 1988.

IESF. Estrutura física. **Instituto Superior Franciscano**. Disponível em: <https://iesfma.com.br/estrutura-fisica/> Acesso em: 18 out. de 2022a.

_____. Matriz Curricular de Serviço Social - 2019. **Instituto Superior Franciscano.** Disponível em <https://iesfma.com.br/wp-content/uploads/2021/03/MATRIZ-SERVICO-SOCIAL-2019.2.pdf> Acesso em: 18 out. de 2022b

_____. Portaria de Autorização de Serviço Social. **Instituto Superior Franciscano.** Disponível em: <https://iesfma.com.br/wp-content/uploads/2017/10/PORTARIA-DE-SERVI%3%87O-SOCIAL.pdf> Acesso em: 18 out. de 2022c.

_____. Portaria de Reconhecimento de Serviço Social em 2018. **Instituto Superior Franciscano.** Disponível em: <https://iesfma.com.br/wp-content/uploads/2019/01/PORTARIA-RECONHECIMENTO-DO-CURSO-DE-SERVI%3%87O-SOCIAL-2.pdf> Acesso em: 18 out. de 2022d.

_____. Portaria de Renovação de Reconhecimento de Serviço Social em 2020. **Instituto Superior Franciscano.** Disponível em: <https://iesfma.com.br/wp-content/uploads/2021/03/PORTARIA-No-209-DE-25-DE-JUNHO-DE-2020-SERVICO-SOCIAL.pdf> Acesso em: 18 out. de 2022e.

_____. Serviço Social. **Instituto Superior Franciscano.** Disponível em: <https://iesfma.com.br/servico-social/> Acesso em: 18 out. de 2022f.

_____. Sobre o IESF. **Instituto Superior Franciscano.** Disponível em: <https://iesfma.com.br/missao-visao-e-valores/> Acesso em: 18 out. de 2022g.

LEHER, Roberto. Universidade Pública Federal Brasileira: Future-se e Guerra Cultural como expressões da autocracia burguesa. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 42, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/TSQSX7dwJVVGyYW8bVFmWYm/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 16 de maio de 2021.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil.** São Paulo. Brasil: Brasiliense, 1982. 267 p.

MORAIS, Erivania Melo de; SANTOS, Camila Rodrigues dos; PAIVA, Irene Alves de. Políticas públicas de educação no contexto neoliberal: um breve balanço. **INTER-LEGERE**, v. 4, n. 31, 2021.

NEGAFYA. Solidão da mulher preta. **Youtube**, 17 mar. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0fiS9KTcVzA>. Acesso em: 26 out. de 2022.

OSORIO, Rafael Guerreiro. A desigualdade racial no Brasil nas três últimas décadas. **Texto para discussão.** Rio de Janeiro, Brasília: Ipea, n. 2657, mai. 2021.

RICCI, Rudá. A militarização das escolas. In: CÁSSIO, Fernando (Org). **Educação contra a barbárie:** por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 107-114.

SÁ, Liliane Costa. **Questionário Específico.** Disponível em: <https://docs.google.com/forms/d/1W6UaOyRwgqkrMqaaCwF-uRNZ7r5yYZdlTCOaO0bjgaM/edit#responses>. Acesso em: 15 de outubro de 2022.

SANTOS, Mariana Reis. “**E palavra amor, cadê?**”: a afetividade das mulheres negras que atuam como empregada doméstica em Salvador, Bahia. Trabalho de Conclusão de Curso

(Humanidades) - Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2018.

SANTOS, Walkyria Chagas da Silva. A mulher negra brasileira. **Revista África e Africanidades**, ano 2, n. 5, mai. 2009. Disponível em: <http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/A_mulher_negra_brasileira.pdf>. Acesso em 11/11/2017.

SILVA, Ana Maria Clementino Jesus. **As tensões e contradições das políticas educacionais brasileiras dos governos de Lula e Dilma Rousseff: o Ideb e o Programa Mais Educação**. Tese de doutorado, universidade de minas gerais faculdade de educação. Belo Horizonte 2019. 269p. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/31802> Acesso em 10 de maio de 2021.

SILVA, Tatiana Dias. Ação afirmativa e população negra na educação superior: acesso e perfil discente. **Texto para discussão**. Brasília: Rio de Janeiro, Ipea, n. 2569, 2020.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.20, n.2, p. 71- 99, 1995.

TRIPPIA, Luciane Maria; BARACAT, Eduardo Milleo. A discriminação da mulher negra no mercado de trabalho e as políticas públicas. **Revista eletrônica [do] Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**. Curitiba, PR, v. 3, n. 32, p. 26-38, jul./ago. 2014. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/20.500.12178/94254>>. Acesso em: 14 jun. 2022.

TRONCO, Giordano Benites; RAMOS, Marília Patta. Linhas de pobreza no Plano Brasil Sem Miséria: análise crítica e proposta de alternativas para a medição da pobreza conforme metodologia de Sonia Rocha. **RAP - Revista de Administração pública**. Rio de Janeiro, n. 51, v. 2, p. 294-311, mar. - abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/yzLKVg5Rsz87bXGyp3dD6Ts/?format=pdf> Acesso em: 26 out. de 2022.

VARGAS, Marcia de; WAMBIER, Sandro Marlus. A história das mulheres negras no Brasil: no enfrentamento da discriminação e violência. PARANÁ. Secretaria de Educação. **Cadernos PDE: Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**, v.1, p. 1-20, 2016. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_hist_ufpr_marciadevargas.pdf Acesso em: 14 jun. 2022.

UNININTER. **Polo do UNINTER aplica prova de nivelamento para alunos do EJA**. 31 de janeiro de 2014. Disponível em: <https://www.uninter.com/noticias/polo-do-uninter-aplica-prova-de-nivelamento-para-alunos-do-eja> Acesso em: 22 nov. 2022

UNIFIG. **Cursos do Programa de Nivelamento estão disponíveis gratuitamente para alunos da UNIFIG**. 2 de Março de 2021. Disponível em: <https://www.unifig.edu.br/noticias/cursos-do-programa-de-nivelamento-estao-disponiveis-gratuitamente-para-alunos-da-unifig/> Acesso em: 22 nov. 2022.